

A HISTORIOGRAFIA “CLÁSSICA” DA EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO E OS AVANÇOS CONTEMPORÂNEOS IMPLEMENTADOS PELO GRUPO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO IE/UFMT

THE CLASSIC HISTORIOGRAPHY OF EDUCATION OF MATO GROSSO AND THE CONTEMPORANEOUS PROGRESS DONE BY THE RESEARCH GROUP IN HISTORY OF EDUCATION OF IE/UFMT

Nicanor Palhares Sá^{*}
Elizabeth Madureira^{**}

RESUMO

O presente artigo tem como ponto de partida a análise da produção historiográfica “clássica” referente à história da educação de Mato Grosso, cuja relevância se deve a um primeiro esforço em proceder a uma articulação, mesmo que cronológica, da trajetória da educação em Mato Grosso. A partir dessa contribuição, seguiu-se a produção acadêmica, inaugurada na década de 1980 e prosseguida com estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Grupo de História da Educação do IE/UFMT que, ao longo de sete anos, gerou uma produção acadêmica já publicada, além de contar com trabalhos inéditos consubstanciados em teses de doutorado e dissertações de mestrado, defendidas até o ano de 2003. O artigo finaliza apresentando um panorama dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa no campo documental, tanto no âmbito da documentação escrita quanto da oral.

Palavras-chave: educação, história, historiografia, documentação.

ABSTRACT

The present article has as starting point the analysis of the production of “classic” history of education on Mato Grosso. Its a first attempt, even if only from a chronological point of view, to articulate the trajectory of education in Mato Grosso. From this point on, starting in the 80's, many published and unpublished researches, studies and dissertations were conducted by the Group of History of Education of the Institute of Education at the Federal University of Mato Grosso - Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso -. This journey is exposed here ending with a view over the production of written and oral documents.

Key-words: education, history, documentation

^{*} Doutor em Educação e Coordenador da Linha e do Grupo de Pesquisa em História da Educação.

^{**} Mestre em História e Doutora em História da Educação. Curadora da Casa Barão de Melgaço e integrante do Grupo de Pesquisa de História da Educação / UFMT

Um balanço historiográfico da produção intelectual referente à Educação mato-grossense representa um momento privilegiado de se repensar a construção de discursos construídos por sujeitos que olharam o processo educativo de Mato Grosso sob perspectivas diferenciadas, mesmo que a temática tenha sido comum.

Privilegiaremos apenas a produção historiográfica conhecida como "clássica", aquela gerada por intelectuais formados em outras áreas de conhecimento que não a de História ou Pedagogia. O que os conduziu a produzir trabalhos sobre o contexto educacional foi, sem dúvida, o compromisso que assumiram no ano de 1919, por ocasião da criação do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), instituição cultural ainda viva contemporaneamente, que atribuiu aos seus fundadores e primeiros membros a responsabilidade de escrever, então, pela primeira vez, a História de Mato Grosso. Essa responsabilidade foi assumida por seus integrantes que buscaram discorrer sobre os mais variados temas, visando emoldurar, através dos artigos produzidos no interior da Revista do Instituto Histórico e de obras independentes que, somadas, revelaram que a tarefa a eles atribuída foi cumprida a risca.

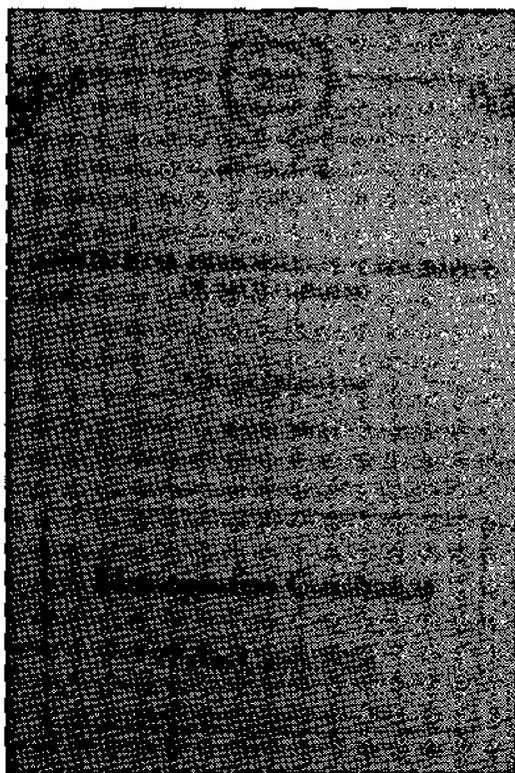


Figura 1 - Fac-símile da capa do texto *Monografias Cuiabanas* de Virgílio Alves Corrêa Filho

A primeira produção clássica que trata da educação mato-grossense foi escrita por um dos mais eminentes historiadores mato-grossense, **Virgílio Alves Corrêa Filho**, autor de quase uma centena de títulos que versam sobre os mais variados assuntos, a maioria deles referente ao seu estado natal. Engenheiro de formação, porém intelectual do mais alto nível, visto que esmerado no escrever e pesquisador minucioso, esse intelectual desempenhou, ao lado das lides de sua profissão, cargos no governo estadual de Mato Grosso e até mesmo colaborou, durante anos e enquanto membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como Secretário Geral daquela Instituição, criada pelo Imperador D. Pedro II, em 1838, que lhe atribuiu a função primordial de deixar registrada a História do Brasil.

Virgílio Corrêa Filho, como ficou mais conhecido, escreveu, dentre tantas outras obras, uma coleção de 7 títulos que, reunidos pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, deram origem às *Monografias Cuiabanas*, até há pouco tempo raríssimas e hoje reeditadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, no interior de sua já tradicional coleção intitulada: *Publicações Avulsas*, nº 59. A primeira delas intitula-se *Questões de Ensino*, escrita originalmente no ano de 1925. Nela, Corrêa Filho procurou traçar um panorama histórico do cenário educacional, convidando o leitor a percorrer sua trajetória, do século XVIII à primeira metade do XX. Investigador de primeira grandeza, Corrêa Filho, a exemplo dos historiadores de então, procurou recontar os principais momentos da trajetória educativa de Mato Grosso tendo como base de pesquisa o universo empírico utilizado na época, ou seja, a documentação oficial de maior grandeza nesse campo, a exemplo dos Relatórios, Falas, Discursos e Mensagens dos Governantes, assim como se baseou na produção periódica produzida pelos Inspectores/Diretores da Instrução Pública e que era remetida aos Presidentes de Província a fim de servir-lhes de subsídio à confecção do relatório mais amplo, aquele com que eram abertos anualmente os trabalhos da Assembléia Legislativa. Ao lado desse universo empírico, Virgílio lançou mão da Legislação provincial e republicana, produzidas pela Assembléia Legislativa, a partir de 1835. Esse conjunto documental, de caráter eminentemente oficial, foi suficiente para que ele costurasse três séculos da trajetória educacional mato-grossense, fazendo-o ao longo de, aproximadamente, 60 páginas.

Obra inaugural, *Questões de Ensino* serviu de base para que outros autores pudessem discorrer mais comodamente sobre o assunto. A estrutura dessa monografia, optando por uma abordagem clássica, a cronológica, inicia com alguns rápidos comentários sobre o cenário educacional do período colonial. Após abordar brevemente sobre a instituição do subsídio literário, o autor, lançando mão do documento mais antigo de Mato Grosso, os *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*, dá ênfase à figura do mato-grossense José Manoel de Siqueira, formado na Europa e que foi professor de Filosofia na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, assim como menciona o envio de estudantes à Europa, sempre apoiado nas informações veiculadas por esse antigo manuscrito.

Ao abordar os períodos da Independência e do Império, Corrêa Filho se reporta à Lei de 15 de outubro de 1827 que, a seu ver, foi benéfica sob diversos aspectos, mas que trouxe inúmeras dificuldades para as províncias, especialmente àquelas mais pobres,

onde a instrução pública apenas ensaiava tímidos passos. Esse era o caso de Mato Grosso: *Posto que ditada pelos melhores inuitos, a herança em vez de beneficiar, veio ainda mais onerar o gravame sob que vivia a desventurada província, recém dessangrada em cruenta comoção política.* (p. 17) Nesse particular, Virgílio se referia aos acontecimentos da Rusga, movimento regencial extremamente violento, deflagrado em Cuiabá e espalhado por diversas Vilas e freguesias. Ao se referir à citada legislação, em nota, explicita que a mesma impunha o método de ensino a ser adotado em todo o Império, o ensino mútuo, sem, entretanto, entrar em pormenores.

A seguir, o autor encaminha a discussão tendo por base o aporte mais recorrente da legislação mato-grossense referente à educação, qual seja, os Regulamentos da Instrução Pública: o de 5 de maio de 1837, aquele conhecido como Levergeriano e promulgado no ano de 1854, seguido do Regulamento Orgânico, de 1873 que, segundo ele, fomentou, até 1880, uma *década fecunda*, visto terem sido criados nesse período o Gabinete de Leitura e a Escola Normal, inaugurada a 3 de fevereiro de 1875. Ao abordar o Regulamento Maracaju, de 1880, Virgílio destaca a criação do Liceu Cuiabano e o aumento do número das escolas públicas e particulares na província mato-grossense, ilustrando com dois importantes mapas. A Reforma Souza Bandeira (1889) é particularmente cara ao autor que, após lembrar o importante cargo ocupado por esse Presidente da Província, enquanto Inspetor de Ensino do Rio de Janeiro, destaca as transformações trazidas no bojo dessa última reforma do período Imperial: novos conteúdos para o ensino primário, divisão das escolas elementares provinciais em 3 categorias, criação do Externato Feminino e do Liceu Cuiabano, com seus inovadores planos de estudo, e a ampliação da função do Conselho Superior da Instrução Pública. Citando, por muitas vezes, frases pronunciadas por Souza Bandeira, em Relatório apresentado à Assembléia Legislativa, dá destaque às idéias de feminilização do magistério, deixando de evidenciar que elas não a floraram naquele momento, visto que gestadas desde a década de 1870. Ao se referir a esse aspecto, que o autor considera inovador, dá destaque à preferência que Souza Bandeira à regência das escolas primárias pelas mulheres, fossem elas mistas, femininas ou até mesmo masculinas. Coloca em evidência uma frase pronunciada por aquele governante: *Em uma província como esta, de vasto território e diminuta população, o homem naturalmente atraído para outros trabalhos mais rendosos, só se inclinará para as fadigas inglórias do magistério, quando não tiver préstimo para coisa nenhuma; a mulher está em outra situação, obedece a uma vocação natural.* (p. 36-37) A ênfase que Corrêa Filho dá à essa última reforma imperial, em Mato Grosso, certamente serve de base para compreendermos sua vigência nos primeiros anos do período republicano. Assim, prossegue tratando das alterações, proporcionadas em 1891, à reforma Souza Bandeira, seguida daquelas preconizadas em 1896, porém dedicando-se mais aprofundadamente à Reforma de 1910, uma das mais importantes implementadas pela República.

O que emblematisa a maioria dos trabalhos de Virgílio Alves Corrêa Filho é a relação de competência estabelecidas entre o texto em si e as fartas e interessantíssimas notas, sempre colocadas ao final do trabalho e que quase que se aproximam, em número de páginas, do texto principal. Essas notas explicativas buscam iluminar a questão especificamente tratada com o contexto mais amplo ou, então, se prestam a fazer

citações longas acompanhadas de quadros e tabelas, o que conduz o leitor a uma compreensão cada vez mais ampliada do texto trabalhado.

Virgílio Alves Corrêa Filho inaugurou a produção historiográfica sobre a educação de Mato Grosso e *Questões de Ensino* representou um guia a partir do qual os demais autores se aventuraram a escrever sobre essa temática específica.

Em 1940, **Gervásio Leite**, causídico de renome e respeitabilidade se propõe a escrever sobre a instrução pública de Mato Grosso em obra cujo título e subtítulo indicam o recorte que o autor escolheu: *Um século de instrução pública (História do ensino primário em Mato Grosso)*, publicada somente no ano de 1970, com um total de 178 páginas. No rastro de Corrêa Filho, a obra em questão passa ligeiramente sobre o período colonial, chegando a fazer as mesmas referências que fizera seu antecessor, porém acrescentando alguma bibliografia de apoio, a exemplo de Cassiano Ricardo, em sua tradicional *Marcha para Oeste*, na qual disponibiliza dados sobre a então capitania de São Paulo, cuja carência de livros se assemelhava muito à precária situação de Mato Grosso naquele período, cuja proximidade histórica ligará irremediavelmente essas duas unidades federativas. Mesmo considerando que São Paulo veio a merecer, em 1827, a instalação de um dos dois primeiros cursos jurídicos criados no Brasil, a situação educacional paulista no que concerne ao ensino primário e secundário se apresenta carente em toda primeira metade daquele século.

Ao analisar o primeiro regulamento da instrução pública, o de 1837, Leite, como homem voltado para a área do Direito, avançou o olhar na documentação já pesquisada por Corrêa Filho porém avançou para além da legislação regional, utilizando seu amplo conhecimento e leitura da bibliografia mais ampla de História da Educação brasileira, a exemplo da obra *Noções de História da Educação*, de autoria de Afrânio Peixoto, citando até mesmo trechos dos relatórios produzidos pelo Ministério do Império e até mesmo dos competentes discursos e pronunciamentos sobre o contexto político Imperial pronunciados pelo crítico Tavares Bastos, leitura clássica e obrigatória para todos aqueles que se aventuram a escrever sobre o contexto brasileiro nos oitocentos. Além dos relatórios, falas e discursos pronunciados pelos Presidentes da Província de MT, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos, Gervásio Leite, ao analisar a educação no Império, privilegiou como base de análise os muitos relatórios produzidos pelos Inspectores/Diretores da Instrução Pública, incorporando mais profundamente um filão documental até então pouco explorado. Esse fato pode ser comprovado quando ele abre um capítulo, o V, intitulado “A ação de Ernesto Camilo Barreto”, baiano que foi, por muitos anos, não somente reitor do Seminário Episcopal da Conceição, mas também Inspetor Geral dos Estudos e da Instrução Pública, ficando notabilizado pela excelente qualidade de seus relatórios qualificados por Gervásio Leite, como *notáveis*. (p. 47) Ao analisar a década 70 do século XIX, além dos relatórios citados, o autor buscou incorporar algumas pesquisas e leituras, a fim de ampliar e tornar mais claras as assertivas de Camilo Barreto, ao citar o famoso pedagogo Abílio César Borges, o Visconde de Carnaubas, autor de inúmeros compêndios didáticos, muitos deles utilizados fartamente nas escolas primárias mato-grossenses, e proprietário de estabelecimentos de ensino instalados na Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Mesmo não citando o local onde esse farto material documental se localizava, visto que Leite apenas dele se apropriou sem remeter o leitor à fonte, o livro segue trabalhando cronologicamente cada uma das já citadas reformas de ensino. Como bom jurista e, conseqüentemente, admirador de Rui Barbosa, Gervásio Leite considerava que as suas idéias pedagógicas, apesar de brilhantes, foram pouco apropriadas pelos governantes de Mato Grosso: *Estudando minuciosamente a situação do país, assinalava Rui, no parlamento, "que somos um povo de analfabetos", que a instrução popular, na Corte, como na província, não passa de um desideratum* (...) *Qual a influência dessas novas idéias na província? Mesmo sendo otimista, conclui-se que nenhum ou quase nenhum interesse despertavam as idéias de Rui.* (p. 73). Gervásio Leite encerra o período imperial fazendo um balanço crítico interessante, pois atribuiu à rala população e às dificuldades financeiras da província as causas maiores do fracasso da instrução pública: *Não era só a escassez de mestres, de cuja falta ainda hoje nos ressentimos, nem a incompreensão dos pais que não mandavam seus filhos à escola. Havia acima de tudo falta de dinheiro nos cofres provinciais, para acudir às necessidades inadiáveis que assoberbavam o ensino. (...)nas vésperas da República, a província, com uma área idêntica à do Estado atual (1.477.041 Km²), estava praticamente despovoada, pois contava, quando muito, com uma população de 80.000 habitantes.* O discurso da Modernidade está fortemente presente no texto desse autor que fechou o capítulo da educação imperial com a seguinte frase: *O Império, portanto, deixava à República um trabalho mal começado. É justo que se destaquem as dificuldades que impediram a ação de alguns homens de boa vontade, dificuldades que através dos anos deixaram Mato Grosso esquecido no fim do Brasil, sem braços e sem dinheiro, com os seus filhos bebendo aquele "leite da ignorância" de que falou o cronista colonial.* (p. 86)

A abertura da 2ª parte da obra, *Na República*, é inaugurada com o posicionamento de Gervásio Leite sobre o contexto republicano, pensado em torno de três eixos fundamentais: liberalismo, analfabetismo e escolas: *A República trouxe a presunção de uma democracia num país em que o povo era uma figura retórica, aquele povo bestializado da expressão de Aristides Lobo, que não tinha consciência de si mesmo. (...)Ora, a realidade de 1890 apresentava 852 analfabetos em cada grupo de 1.000 brasileiros. (...)Esse Ministério da Instrução Pública, contudo começou com a velha política de sempre pela cumeeira, cuidando de reformar o ensino superior. (...)acabou deixando tudo para que os Estados cuidassem, como já o Ato Adicional comodamente fizera. Ora, era evidente que o fundamental era o ensino primário, a alfabetização, a direção consciente da massa para uma República que pretendia ser democrática.*

Para Gervásio Leite, estava clara a postura adotada pelas elites: estar sempre reformando a educação para ver se conseguiam seu intento, porém, para o autor, a questão estava para muito além do que pensavam os governantes: *O resultado não podia ser outro, senão o de sempre. Se o ensino não tem qualidade, se o mestre não tem competência, se os pais não mandam seus filhos à escola, se não há material escolar, prédios, métodos, programa, escolas, baixa-se uma nova lei, aprovando um novo regulamento e deita-se para dormir "à sombra das bananeiras, debaixo dos laranjais".* (p. 92)

Assim, fica clara a abordagem que o autor implementará à República, enquanto um período regulado por uma legislação de caráter antecipatório, deixando, nessa medida, de operar transformações na realidade ou, quando o conseguiram, nova legislação já estava em preparo. Numa coisa o autor comungou com os princípios republicanos: o fato de que o ensino passou a ser leigo e obrigatório, fato que, no seu entender, não foi suficiente para operar as modificações tão necessárias para a época. Ao analisar a primeira reforma republicana, de 1891, Gervásio Leite atentou para o grave problema da falta de recursos, sanado parcialmente naquele momento pela instituição do fundo escolar. Como bom conhecedor da legislação, ampliou a explicação da natureza desse imposto, esclarecendo que o mesmo *recaia nos que exerciam indústria, profissão ou viviam de rendimentos próprios e destinava-se principalmente à aquisição de móveis para as escolas e fornecimento de vestuário e utensílios às crianças pobres.* (p. 97) Na análise da reforma seguinte, a Corrêa da Costa, de 1896, Leite centra a discussão na divisão do ensino primário em elementar e complementar e na utilização do método intuitivo, pela primeira vez aplicado no cenário escolar mato-grossense. Apesar de revolucionária para a época, essa metodologia não foi capaz de alavancar e transformar o ensino primário, entretanto, na sua opinião, *em vez de uma escola contra o aluno, Antônio Corrêa tentava uma escola a favor do aluno, aquela que fosse um resumo vivo da sociedade, onde preparassem homens de acordo com suas tendências não "máquinas" que repetissem os compêndios de cor.* (p. 105)

Prossegue Leite cotejando os primeiros regulamentos republicanos buscando evidenciar o crescimento no número de alunos, que chegou a dobrar entre 1899 e 1906. (p. 110) Ao iniciar a análise da Reforma regional de 1910, o mesmo autor discorre sobre um aspecto que muito afetou o cenário social e educacional do período: o fenômeno do Coronelismo que, segundo Caetano de Albuquerque, governante mato-grossense (1915-1917), *é o contágio da politicagem, fazendo do professor público o servidor de um partido, o galopim eleitoral que escreve a ata e é o agente da cabala eleitoral* (p. 115) Depois, elenca as alterações e inovações do Regulamento de 1910, a exemplo da criação da Escola Normal, dos Grupos Escolares, do ensino livre (escolas particulares), da inovação do método intuitivo e prático e da proibição de ser o ensino ministrado, como antes, por decurhões ou monitores, assim e do impedimento da aplicação de castigos físicos. Depois de expor minuciosamente esses aspectos, Gervásio Leite abre, na seqüência, suas críticas à essa reforma. Mesmo elogiando o caráter inovador, atribuiu seus fracassos aos problemas históricos de Mato Grosso. Como que resvalando numa espécie de determinismo geográfico ou "lenda" geohistórica, considerou: *E um regulamento, infelizmente, não tem forças para de um golpe reformar tudo. Nem a questão fundamental gira em torno de um regulamento. (...) a questão não é só de métodos e de técnica. A questão primeira é a do meio. As condições excepcionais que a geografia mato-grossense criou devem ser maduramente analisadas. Por outro lado, a situação estagnada do professor mal remunerado e sem possibilidade de acesso não seduz ninguém ou seduz os menos aptos para outros misteres da vida.* (p. 123)

Assim, na medida em que o processo educativo mato-grossense se aproximava da vivência do autor, nascido em 1916, suas análises críticas se intensificavam. Apaixonado pela estatística, técnica considerada apropriada para fornecer os

parâmetros ao bom administrador, Gervásio Leite, ao final da obra, introduz um capítulo intitulado *Estatística Escolar*. Considerava ele que os fracassos escolares do passado poderiam, em grande parte, serem atribuídos à falta de dados estatísticos, capazes de direcionar e tornar melhor conhecida a realidade social: *Ora, sem um preciso levantamento regular e harmônico, impossíveis se tornam confrontos e estudos, não só do ponto de vista técnico, como do ponto de vista administrativo.*

Fenômeno de massa - lembra Lourenço Filho - a educação só apresenta os seus verdadeiros delineamentos, a sua marcha de execução e os seus resultados, pela estatística. (p. 129-130)

Ao analisar a reforma de 1927, qualifica-a de *inadequada para um mundo em mudança*, isso porque, ao dividir as escolas primárias em isoladas rurais, isoladas urbanas, isoladas noturnas, reunidas e grupos escolares, essa reformulação educacional não fazia qualquer distinção no âmbito dos conteúdos: *A que nas zonas rurais de fraca densidade demográfica ministrava mecanicamente as mesmas disciplinas que os mestres ensinavam nas zonas urbanas, densamente povoadas.* (p. 138). Suas críticas não param no currículo, mas atingiram ainda o método que, segundo Leite, preconizava, obsoletamente, o intuitivo, deixando de contemplar os mais modernos métodos de ensino. Por outro lado, na sua opinião, o Regulamento de 1927 preocupou-se mais em transmitir conhecimento do que em educar: *A escola não é apenas um lugar onde se aprende a ler, a escrever e a contar. Deve, ao contrário, ser o ensino primário, como disse Gustavo Capanema, o verdadeiro instrumento de modelação do ser humano. Só a escola nova poderá atender a este alto objetivo do ensino primário.* (p. 144)

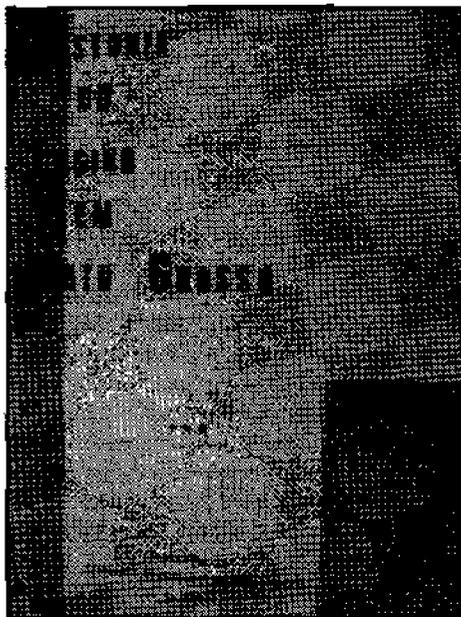


Figura 2 - Fac-símile da capa do livro *História do Ensino em Mato Grosso* de Humberto Marcílio

O trabalho produzido por Gervásio Leite se consubstancia numa análise do processo educacional mato-grossense, pautado em farto material empírico nas áreas legislativa e administrativa, acrescentando muito ao produzido por Virgílio Alves Corrêa Filho, seja pelo número mais avolumado de documentação, mas, sobretudo, pelos abalizados comentários, próprios de um renomado jurista.

Na década de 1960, surge outra obra, mais completa que as anteriores, escrita pelo médico **Humberto Marcílio** (Humberto Marcílio Reinaldo), intitulada *História do ensino em Mato Grosso*, em 222 páginas. Vale lembrar que o autor, ligado profissionalmente à área da saúde, voltou seu olhar para as causas sociais que revestiam o setor educacional. Pesquisador inveterado e leitor atento, escreveu, antes dessa obra, as seguintes: *Vestígios das Culturas Oceânicas no Brasil, Os Fonseca de Alagoas, da teoria dos gens e da complexidade do problema racial brasileiro, Aspectos nosológicos de Mato Grosso* e ainda *Organização Social dos Bororos*. Queixou-se ele das dificuldades de localização e consulta aos documentos que poderiam dar-lhe mais segura base para a elaboração do trabalho, a exemplo das *mensagens presidenciais, dos relatórios dos inspetores dos estudos e particularmente as leis do período monárquico, etapa primeira e provavelmente a mais demorada do nosso trabalho*. (p. 11) Declinou ele, ainda, a bibliografia histórica consultada: *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá, as Crônicas do Cuyabá, de José Barbosa de Sá e Joaquim da Costa Siqueira, Notícias da Província de Mato Grosso, de Joaquim Ferreira Moutinho e ainda os eruditos trabalhos de Virgílio Alves Corrêa Filho, "Dados Mato-grossenses", do inolvidável Estevão de Mendonça, "A Instrução e a Província", de Primitivo Moacyr, "Um Bandeirante de Cristo", obra inédita do Padre Wanir Delfino César, além de vários documentos históricos do Arquivo Público do Estado, velhos livros de atos, coleções de ofícios, etc., além de alguns documentos particulares gentilmente postos à nossa disposição*. Para concluir a fase mais contemporânea, o autor declarou ter lançado mão da coleção do *Diário Oficial*. O intuito de Marcílio, com a publicação desse trabalho foi especial: *Ao passarmos ao público o resultado modestíssimo dessas investigação, mesmo não havendo cumprido integralmente aquilo que nos havíamos proposto, agrada-nos fazê-lo especialmente pela significação que lhe demos, qual seja, sobretudo, a de prestar uma homenagem a Mato Grosso*. (p. 13)

Sua obra está dividida em duas partes, sendo que na primeira o autor discorre sobre os contextos colonial e imperial, dedicando a segunda à análise do período republicano, trazendo o processo até o ano da publicação da obra (1963). Como os autores anteriores, percorreu rapidamente o período colonial, acrescentando algumas novidades no tocante à documentação, quando transcreve uma correspondência do príncipe regente ao capitão-general de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, datada de 19 de agosto de 1799, na qual solicitava um levantamento da situação da instrução na capitania e os efeitos provocados pelo imposto do subsídio literário, assim como autorizava aquele governante a adotar as medidas que se fizessem necessárias *aplicando todas as vossas luzes e esforços ao exame de tão importante matéria, fixareis um Plano, que seja merecedor de Minha Real Aprovação, e de que siga a melhor Instrução dos Meus Vassallos nessa Capitania...*(p. 27) Como médico, Humberto Marcílio teve especial interesse em transcrever o documento que relata a criação de

uma aula de anatomia em Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso, datada de 1808, documento até então inédito nas análises educacionais.

O tratamento do período Imperial se estrutura cronologicamente, porém intercalando a análise da legislação com temáticas específicas, dá à obra um toque inovador, apontando e abrindo novas perspectivas de estudos mais pontuais. Iniciando, como os autores anteriores, com a Lei de 15 de outubro de 1827, imbrica essa questão mais geral ao panorama educacional de Mato Grosso, pois ao tratar da descentralização provocada pelo Ato Adicional, anunciou as primeiras leis e decretos propostos pela Assembléia Legislativa Provincial no tocante à instrução e, em seguida, reporta-se à lei maior, de 5 de maio de 1837, responsável por traçar um primeiro plano educacional para a província mato-grossense. Ao discorrer sobre o descompasso havido entre o que previa essa determinação e a realidade educacional, Marcílio pontua as diversas pressões da Assembléia Legislativa no sentido de fazer cumprir o estabelecido nesse primeiro regulamento, chegando mesmo a aprovar *leis punitivas, como a que mandava demitir do magistério, sem direito a vencimentos, os professores que não contassem pelo menos seis alunos, pondo-se em consequência, as suas cadeiras a concurso. Não se obtém com essas medidas, pouco práticas, naturalmente, maiores resultados.* (p. 41)

Uma inovação importante que esse autor traz é quanto à criação da primeira Escola Normal, ainda nos idos de 1844, quando a Assembléia aprovou e subsidiou uma viagem de Joaquim de Almeida Lousada ao Rio de Janeiro, a fim de se capacitar nos modernos métodos de ensino, o que faz transcrevendo o termo de contrato celebrado entre este e o governo provincial, e o efeito inócuo desse esforço, visto que Lousada, ao regressar a Mato Grosso, não deu cumprimento ao estabelecido, engajando-se na administração pública.

Outra contribuição documental importante, igualmente transcrita na íntegra, é a Resolução nº 5, de 12 de junho de 1850, criando cadeiras de Línguas e de Filosofia Racional e Moral, assim como outra de Teologia Dogmática e Moral, primeiras medidas para implementação do ensino secundário. Depois de analisar o Regulamento de 1854, o autor faz questão de introduzir o tema com dados biográficos de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, promotor dessa importante reforma de ensino. Por ela, foi criado, pela primeira vez, o cargo de Inspetor Geral dos Estudos, função de relevância permanente no interior da Instrução Pública. Abrindo novas picadas, Marcílio introduz um breve estudo sobre os principais Inspectores de Estudo e Diretores que atuaram em Mato Grosso durante o período imperial, com destaque para Joaquim Gaudie Ley, Manoel José Murinho, José Diniz Villas Boas, Pe. Ernesto Camilo Barreto, Pedro de Alcântara Sardemberg, Dormevil José dos Santos Malhado, João Carlos Muniz e Alfredo José Vieira, dentre outros. Essa inovação foi muito importante para subsidiar estudos posteriores, visto que o autor foi capaz de alinhar através da investigação no conjunto dos relatórios da Inspeção/Diretoria da Instrução Pública, assim como em pesquisas biográficas o perfil desses agentes da administração pública. Após tratar cronologicamente dessa questão, Humberto Marcílio privilegia abordar com maior profundidade dois deles: Pe. Ernesto Camilo Barreto e Dormevil José dos Santos Malhado. Do primeiro, transcreveu sua nomeação como Diretor Geral da Instrução Pública, em 1878 e posterior demissão e, do segundo, sua nomeação como



Diretor da Instrução Pública, em 1880. Considerando que ambos estiveram ligados ao ensino secundário, o primeiro ao Seminário Episcopal da Conceição, e o segundo ao Liceu Cuiabano, Marcílio abre um item sobre o ensino secundário em Mato Grosso, trazendo interessantes informações retiradas de inédita documentação.

Marcílio novamente intercala temáticas referentes à época estudada, a exemplo do item *O ensino e a invasão paraguaia*, quando, após analisar o contexto político que antecedeu a esse acontecimento, descreve as dificuldades enfrentadas pelas escolas mato-grossenses, assim como aborda, mesmo que de forma ligeira, a epidemia de varíola que assolou a capital mato-grossense, dizimando cerca metade de sua população.

Virgílio Corrêa Filho, assim como Gervásio Leite, ao analisar a instrução pública na década de 1870, tomaram como ponto de apoio o Regulamento Orgânico da Instrução Pública, datado de 1873, porém Humberto Marcílio, que certamente teve acesso a um acervo documental mais extenso, conseguiu abrir o estudo dessa década um ano antes, em 1872, discutindo fartamente a política educacional implementada por Francisco José Cardoso Júnior, autor de um regulamento aprovado pela Assembléia Legislativa no qual propunha algumas inovações, a exemplo do curso noturno, da escola prisional, da abolição dos castigos físicos e da introdução de exame de seleção aos ingressantes no magistério. Além disso, o autor foi capaz de classificar esse regulamento a partir de três grandes determinações: obrigatoriedade e liberdade de ensino, máximas então em voga no seio do grupo liberal. Sem descurar do que haviam dito os antecessores, Marcílio aborda o Regulamento Orgânico, porém destacando: *Produzia, assim, os seus frutos, por esse tempo, o Regulamento de 1872 de Cardoso Júnior, transformado então no Regulamento Orgânico da Instrução.* (p. 83)

Visando introduzir outro capítulo temático, responsável pela quebra da monótona cronologia, Marcílio aborda, sob o título de *O período Aureo 1872-1880*, destacando as tentativas quase frutíferas implementadas na administração de João José Pedrosa, nos idos de 1879, com o ressurgir da Escola Normal e do Liceu de Línguas e Ciências, e a luta implementada para se criar um estabelecimento público de ensino secundário, processo que culminou, em 1880, com a inauguração do Liceu Cuiabano. A seguir, aborda o período Maracaju, em especial a reforma de 1880. Já tendo discorrido, em item anterior, a criação do Liceu Cuiabano, esmiúça um pouco mais sobre o nascedouro desse estabelecimento de ensino, sobrelevando sua natureza pública e elencando o primeiro corpo docente do Liceu e do Curso Normal, assim como discorrendo sobre seus planos de estudo e principais compêndios didáticos ali utilizados.

O estudo do Império finaliza com a reforma Souza Bandeira, de 1889, com destaque para a separação do Liceu Cuiabano, também chamado de Curso de Preparatórios, do Curso Normal, transformado em Externato do Sexo Feminino. Nesse momento, transcreve parte do discurso desse governante sobre a incompatibilidade de convivência de ambos os cursos. Analisa ainda, no crepúsculo do Império, a criação do Conselho Superior de Instrução Pública, sua composição e função no contexto educacional do ocaso do Império, visto ser uma instituição que perdura até hoje com a nomenclatura de Conselho Estadual de Educação.

Antes de adentrar no período republicano, Marcílio abre novamente uma outra janela temática, *A iniciativa particular ao tempo da província*, aspecto até então tratado de forma muito superficial, senão silenciado. Contando com material empírico condizente, o autor consegue alinhar cronologicamente a fundação, direção e até mesmo composição do corpo docente de cada estabelecimento privado fundado no período imperial. Agrega a essa última temática uma outra, *Velhas tradições do ensino primário*, recuperando a trajetória dos mais proeminentes professores e professoras mato-grossenses do período imperial, indicando a escola em que lecionavam, ingresso e percurso no interior da carreira do magistério.

O estudo da República inaugura a segunda e última parte da obra. Após traçar um ligeiro quadro do panorama político de Mato Grosso no alvorecer do período republicano, percorre, como os demais autores, às principais reformas de ensino, com destaque para duas delas, a de 1896 e a de 1910, intercalando com trechos significativos dos discursos pronunciados pelos governantes que implementaram-nas. Como de praxe, também nessa última parte, são privilegiadas temáticas de significação para a época, a exemplo da criação da Escola de Aprendizes Artífices, no ano de 1910. Esse último estabelecimento de ensino de caráter federal tomou ao longo do tempo inúmeras designações como Escola Industrial, Escola Técnica Federal e hoje CEFET, transformado em ensino técnico superior, tendo exercido um importante papel no cenário social e educacional de Mato Grosso.

A parte final da República é tratada tendo por base a seqüência de governantes, visto que cada um deles delineou uma feição própria à instrução pública sem, necessariamente, instituir nova regulamentação. Assim, são tratados de forma pontual o período de Caetano de Albuquerque, o governo de conciliação de D. Francisco de Aquino Corrêa, o segundo governo de Pedro Celestino, o de Mário Corrêa da Costa, seguido do momento da Revolução de 1930 e suas repercussões no cenário educacional de Mato Grosso. Ênfase é dada ao Regulamento de 1927 que determinou nova estrutura organizacional do sistema escolar, terminando com o rebaixamento do Liceu Cuiabano, no momento em que esse estabelecimento público de ensino não conseguiu mais se equiparar ao Ginásio Nacional.

O período dos Interventores é analisado tendo como destaque o governante Júlio Muller e a criação do Departamento de Educação e Cultura, do Colégio Salesiano São Gonçalo, abordando em seguida e de forma peculiar, como fez no período do Império, os principais estabelecimentos de ensino particular, inclusive aqueles fora do circuito da Igreja católica.

O penúltimo capítulo dessa parte trata do governo Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947), quando é implementada nova direção normativa ao Departamento de Educação e Cultura do Estado que tomou para si a administração, organização técnica, orientação e fiscalização do ensino pré-primário, secundário, normal, técnico comercial e profissional, tanto no âmbito estadual quanto privado. Seguindo o mesmo esquema do Império, o autor elencou e comentou de forma ligeira o nome daqueles que ocuparam a direção do citado Departamento.

Ao trabalhar o Governo Fernando Corrêa da Costa, destacou a criação da Secretaria de Educação e Saúde e da Faculdade de Direito de Mato Grosso, assim como da Escola de Enfermagem "Dr. Mário Corrêa da Costa". Nesse final, Marcílio abre uma janela

especial onde privilegia a Secretaria de Educação e Saúde, seus diretores e projetos implementados, seguida da Faculdade de Direito que, depois de tantas tentativas infrutíferas, conseguiu se firmar na década de 1950. Ao final dessa parte, aborda ainda as principais construções e reformas dos edifícios escolares, recuperando aqueles que foram objeto de intervenção, no então estado de Mato Grosso uno. Esses temas são objeto de aprofundamento no capítulo X que versa sobre os cursos secundários, a Normal, Técnico-profissional, a escola de enfermagem, a prática de agronomia/veterinária e a Faculdade de Direito de Mato Grosso.

A obra finaliza com o capítulo XI, quando o autor, tentando chegar até o ano de 1963, revisita o cenário educacional, agora sob um olhar mais pontual, abordando, mesmo que de forma ligeira, o período da segunda gestão de Fernando Corrêa da Costa, com destaque para a dinamização da Secretaria de Educação e Saúde que promoveu, no ano de 1963, o 1º Congresso Mato-grossense de Educação e Saúde, do qual o autor participou enquanto educador e médico. O Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento do Magistério é também objeto de análise nessa parte derradeira, visto tratar-se de instituição que objetivava capacitar professores primários projeto do qual o autor foi um dos mentores, uma vez que ocupava o cargo de Diretor do Departamento de Educação. Para encerrar a obra, Humberto Marcílio apresenta um panorama das principais instituições culturais e educacionais instaladas no Estado, no ano de 1963: Museu de História, Geografia, Etnologia do Estado, em Cuiabá, do Instituto Mato-grossense de Música, do Conselho Estadual de Educação, da Faculdade de Filosofia de Mato Grosso, em Cuiabá, e da Faculdade de Farmácia e Odontologia, em Campo Grande, assim como prenuncia a criação da Universidade Federal de Mato Grosso, discutindo as inúmeras proposições até então formuladas.

O trabalho realizado por Humberto Marcílio, sem dúvida, representa o que de mais completo foi produzido pela historiografia “clássica” de Mato Grosso, no que diz respeito à trajetória da Educação, visto ter o autor conseguido desenvolver criteriosa pesquisa documental, não se limitando a estampar seu percurso cronológico, mas introduzindo temáticas paralelas e pontuais e apontando aspectos inovadores que, hoje, estão sendo objeto de investigação no âmbito da pós-graduação.

No ano de 1977 vem a lume um opúsculo de autoria de **Rubens de Mendonça** e intitulado *Evolução do ensino em Mato Grosso* que, na realidade, torna pública uma palestra proferida pelo autor em instituição não identificada, possivelmente o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do qual o autor era associado. O objetivo do trabalho foi o de *fixar a evolução do ensino em nosso Estado, aliás, pouco conhecida e muito mal divulgada.* (p. 5) Fazendo uma retomada da História da Educação Brasileira desde o período colonial, Rubens de Mendonça perpassa ligeiramente sobre os esforços despendidos durante esse período. A palestra teve como eixo as Instituições escolares ligadas à administração da educação em Mato Grosso. Para isso subdividiu sua fala em:

1º) Evolução do ensino em Mato Grosso, quando trata de algumas ações vivenciadas no período colonial, tendo como base empírica os *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá* e a obra de autoria de seu pai, Estevão de Mendonça, *Datas Mato-grossenses*, com destaque para a criação da aula de cirurgia e anatomia, tanto em Vila Bela quanto em Cuiabá.

2º) Seminário Episcopal da Conceição, que, mesmo abordado de forma ligeira traz uma contribuição importante, o discurso proferido pelo Padre Ernesto Camilo Barreto no momento do lançamento da pedra fundamental daquela instituição, a 7 de dezembro de 1858, assim como parte da correspondência de D. José Antônio dos Reis com o Ministério do Império, instância que subsidiou financeiramente tanto a construção do Seminário, quanto arcou com o pagamento dos honorários dos professores e administradores.

3º) A primeira Escola Normal, instalada no ano de 1875. Para tratar dessa temática, Rubens de Mendonça transcreve parte do relatório apresentado, a 3 de maio de 1877, pelo Inspetor Geral dos Estudos, Padre Ernesto Camilo Barreto, dando à luz, creio que pela primeira vez, o documento fundador dessa Instituição e seu primeiro Regulamento, datado do mesmo ano.

4º) Liceu Cuiabano, primeiro estabelecimento de ensino público secundário, criado em dezembro de 1879 e inaugurado oficialmente em início do ano de 1880. Para ilustrar a significação que essa instituição tomou no âmbito da sociedade mato-grossense, Rubens de Mendonça lançou mão de parte dos discursos proferidos por ocasião da inauguração desse estabelecimento de ensino, documento até então inédito para a historiografia da educação. Por muitos anos, essa peça documental ficou relegada a segundo plano, porém, o IHGMT resolveu publicar, sob a organização do Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá e da Profª Drª Elizabeth Madureira Siqueira, todos os discursos proferidos em fevereiro de 1880, disponibilizando-os aos pesquisadores contemporâneos.

5º) Liceu Salesiano São Gonçalo, analisado a partir de dados coletados por José Barnabé de Mesquita, *Cinco lustros da Missão Salesiana em Mato Grosso*, publicado em 1919, em comemoração ao bicentenário de fundação de Cuiabá.

6º) Escola de Aprendizes Artífices, antiga Escola Técnica Federal, hoje CEFET. Mendonça elenca cronologicamente os momentos fundadores da instituição e seus Diretores.

7º) Escola Normal e Modelo é analisada somente desde sua criação, no ano de 1910, com a chegada dos professores paulistas, assim como sua evolução e papel até o ano de 1932.

8º) Escola Agrícola e Pastoral, igualmente criada pelo farmacêutico e Presidente de Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, que vislumbrou o ensino técnico como aquele vocacionado para amparar as atividades agrícolas, timbre e emblema de Mato Grosso até contemporaneamente.

9º) Escolas Superiores: nessa última parte, Mendonça aborda, de forma bastante superficial, as seguintes instituições: Escola Superior de Comércio, Faculdade Mato-grossense de Odontologia e Farmácia (Campo Grande), Faculdade de Direito de Cuiabá, Faculdade de Direito de Mato Grosso, Faculdade de Comércio e a UFMT.

10º) Conclusão: tal como na introdução, Rubens de Mendonça aborda a questão da Instrução Pública regional, com destaque para a atuação dos Inspetores e Diretores da Instrução Pública, sendo que, de cada uma dessas personalidades, foi traçada uma brevíssima biografia com enfoque para o seu período administrativo e principais ações, subdividindo-os em período Imperial e Republicano. Esse exercício, já ensaiado de

forma tímida por Humberto Marcílio, ganhou maior corpo e volume nesse trabalho de Rubens de Mendonça.

Autor de quase quatro dezenas de obras, Rubens de Mendonça, enquanto sucessor de seu pai, Estevão de Mendonça, deu continuidade à tarefa de recuperação da História mato-grossense, visto que seus livros versam sobre os mais variados assuntos e são de consulta imprescindível a todos aqueles que se arvoram nos estudos sobre Mato Grosso.

O que caracteriza essa produção “clássica” é a escrita de uma História da Educação relatada enquanto processo e, conseqüentemente, ordenada de forma panorâmica e cronológica, uma vez que, mesmo para o tratamento temático, os autores tomaram o tempo linear enquanto base de apoio. Nesse tipo de historiografia o cenário nacional é relegado a plano secundário, sendo a temática educacional de Mato Grosso é tratada por si mesma, como se o que se passava regionalmente pouco tinha a ver com aquilo que acontecia em âmbito nacional. Tampouco a temática é abordada tendo por base um projeto educacional cujo modelo fora gestado no cenário europeu e transposto para o Brasil, onde se reproduziu de forma exemplar no Rio de Janeiro, então capital. Por outro lado, não se verifica, no interior dessa historiografia clássica da Educação mato-grossense, a rigidez metodológica no que tange à citação dos documentos, uma vez que não se encontravam os acervos documentais catalogados e organizados. De qualquer forma, essa literatura inaugural serviu de norte para as produções posteriores, timbradas pelo cientificismo acadêmico. A produção historiográfica “clássica” representou a primeira tentativa de reconstituição da trajetória da História da Educação de Mato Grosso, tendo sido fundamental para cimentar e dar base e apoio às produções que se seguiram, nascidas no interior das Universidades e cuja autoria se deve a Educadores ou a historiadores de formação. As obras acadêmicas, gestadas a partir de 1970, tiveram por base não mais uma abordagem panorâmica da educação, tal como

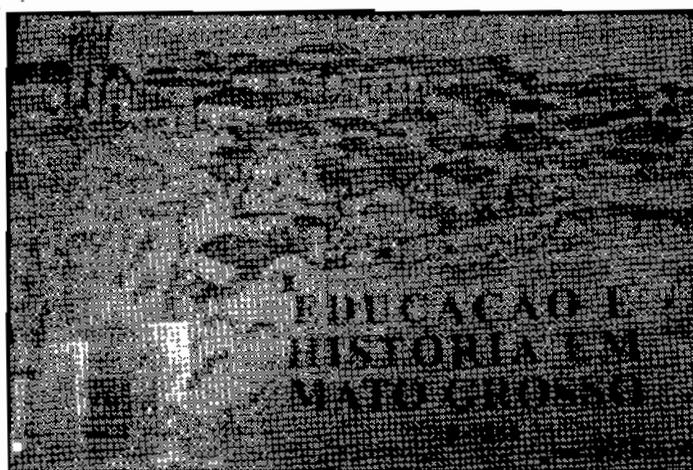


Figura 3 - Fac-símile do texto *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864* de Gilberto Luiz Alves, (Campo Grande, UFMS - 1984)

nos legou a historiografia clássica, porém privilegiaram como objeto de estudo períodos mais curtos e/ou temáticas particulares, visto que lhe foi propiciado um universo documental mais amplo e farto.

Um trabalho marcou o momento de ruptura entre a produção clássica e a acadêmica, na área da História da Educação (veja figura 3).

A obra de Gilberto Luiz Alves representou um divisor de águas entre a produção historiográfica clássica e a acadêmica. Obra inaugural, *Educação e História em Mato Grosso* buscou dar uma nova abordagem ao cenário educacional mato-grossense. seja no que tange à questão de se imbricar História e Educação, ou quanto à firme e segura abordagem teórico-metodológica no campo do materialismo histórico, além de proceder a um investimento valioso no campo do tratamento documental. Alves executou essa propositura com muita prioridade, percorrendo o período colonial e parte do imperial, fechando sua análise em 1870. Pelo valor da obra, foi a mesma reeditada na década de 1990.

Vale lembrar que os programas de pós-graduação constituíram-se em alavancas para desencadear uma nova produção no campo da historiografia da educação. Ao lado desse importante fator, podemos somar o esforço despendido pelos grupos de pesquisa em História da Educação que vêm investindo na localização e catalogação dos acervos documentais existentes em Mato Grosso. Esse foi o caso do **Grupo de Pesquisa em História da Educação Instituto de Educação da UFMT**, Coordenado, há sete anos, pelo Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá, educador de formação, e auxiliado na parte da metodologia documental pela historiadora Prof^a Dr^a Elizabeth Madureira Siqueira.

Esse Grupo de Pesquisa objetivou, desde seus primeiros projetos em 1995/6, proceder a um levantamento de fontes capaz de dar suporte aos mestrandos, graduandos e pesquisadores da área educacional. Para tanto, percorreu, ao longo desses anos, os principais centros documentais existentes em Cuiabá, capital. Os passos metodológicos da investigação foram estabelecidos tendo por base os seguintes níveis diferenciados e progressivos de interferência: 1) localização dos documentos educacionais no interior dos acervos; 2) indexação de cada peça documental em verbetes, contendo um breve resumo do documento, código de identificação e data e local de sua produção; 3) transcrição das peças documentais mais significativas e digitação das informações. Iniciado tendo por base o período Imperial, esse trabalho redundou em um Catálogo Educação e Memória: Catálogo de Documentos Relativos à História da Educação de Mato Grosso (Período Imperial), publicado pela EdUFMT, no ano de 1998. As informações contidas no interior desse instrumento de pesquisa estão disponibilizadas aos pesquisadores que podem obtê-las, também, através de consulta ao banco de dados virtual.

A partir desse trabalho pioneiro, o Grupo de Pesquisa resolveu que o período republicano deveria merecer tratamento diferenciado, pois, se no Império, as peças documentais foram organizadas cronologicamente, aquelas referentes ao período republicano teriam uma catalogação por instituição e, em seu interior séries organizadas cronologicamente. Esse procedimento técnico facilitaria ainda mais a pesquisa e o banco de dados poderia ser consultado apenas na parte de interesse específico do consulente. Os documentos mais relevantes, a exemplo daqueles

relevantes à Instrução Pública constante dos relatórios dos governantes, assim como os relatórios da Diretoria Geral da Instrução Pública, os Regulamentos e Regimentos relativos aos estabelecimentos escolares foram transcritos na íntegra. Outra publicação, fruto desse primeiro trabalho, foi organizada pelo Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá e pela Prof^a Dr^a Elizabeth Madureira Siqueira, *Leis de Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso*, publicada por Editores Associados/SBHE/INEP, no ano de 2000.

Considerando que a documentação do período republicano (1890-1950) se apresentou muito mais volumosa, se comparada àquela do período imperial, optou-se pela veiculação final das informações documentais através do suporte cd-rom, sendo que ao término do projeto foram gerados dois tipos deles: o que contém o Catálogo (contendo verbetes resenhados) e outro com as transcrições. Esse sistema facilita a consulta e apropriação por parte dos mais diversos pesquisadores regionais e nacionais.

O rastreamento documental foi procedido nas mais significativas instituições de guarda documental de Mato Grosso, a saber:

- 1) **Arquivo Público de Mato Grosso (APMT)**, órgão público diretamente vinculado à Secretaria de Estado de Administração, responsável pela guarda e conservação de toda a documentação gerada e produzida pelos organismos da administração pública estadual. Nele está guardada uma significativa massa documental que abarca quase três séculos: o fundo Colonial que, mesmo pouco volumoso, possui uma significativa importância no interior desse arquivo; o período imperial e o republicano. A complexidade crescente da administração pública e, especialmente, a falta da implementação de um sistema de arquivo capaz de proceder à utilização de recursos de descarte, a exemplo da aplicação da tabela de temporalidade, foi o maior responsável pela desmesurada quantidade de documentos administrativos, muitos deles cópia ou reprodução, depositados no APMT. Organizado apenas de forma cronológica (latas, caixas e códices), esse acervo documental mereceu, por parte do Grupo de Pesquisa, um árduo trabalho investigativo de forma a apartar, do todo, a documentação pertinente ao setor educacional. No interior desse organismo público podemos consultar códices (livros), papéis avulsos, periódicos (especialmente a Gazeta Oficial) e fotografias.
- 2) **Arquivo da Casa Barão de Melgaço (ACBM)**: é uma instituição farta de representações, legados e contribuições deixados pelos homens que estiveram direta ou indiretamente ligados à sua História cultural de Mato Grosso, visto ter sido constituído, ao longo de quase 90 anos, por duas instituições: o Instituto Histórico e Geográfico, criado em 1919, e a Academia Mato-Grossense de Letras, fundada em 1921, sob o nome de Centro Mato-grossense de Letras. Composto por Fundos documentais riquíssimos e variados se encontra hoje, em fase de informatização. Além de uma biblioteca, com cerca de quase dez mil títulos, a Casa Barão de Melgaço é hoje abrigo de acervos pessoais, ou privados, reunindo papéis,

fotografias, periódicos, mobiliário, peças ornamentais (de casa e de uso pessoal) que pertenceram a intelectuais mato-grossenses e a instituições culturais fenecidas. Composto por quatro Fundos, esse arquivo guarda documentos que vão do século XVIII ao XX, e que integram as seguintes coleções:

Coleção 1 - Família Mendonça compreendendo os papéis gerados por **Estêvão e de Rubens de Mendonça**. Doados pela família, após o falecimento desse último, esse acervo abarca duas épocas diferenciadas, a do pai Estêvão de Mendonça, que viveu no final do século XIX e primeiras décadas do XX, e a do filho, Rubens de Mendonça, cuja trajetória esteve umbilicalmente ligada a Cuiabá, sua terra natal. De riqueza impar, esse acervo é composto pelos escritos originais das obras dos dois intelectuais, incluindo ainda papéis relativos à correspondência particular e profissional, escritos avulsos e inéditos, apreciações sobre obras, artigos de jornais escritos por eles ou recortes devidamente colecionados e referentes a assuntos de suas preferências. Vale sobrelevar, no campo educacional, as obras didáticas de autoria tanto por Estêvão quanto por Rubens de Mendonça.

Coleção 2 - Instituto de Pesquisas Dom Aquino Corrêa composto de documentos colecionados por um grupo de historiadores liderados, inicialmente, pelo Pe. Wanir Delfino César e, posteriormente, pelo Pe. Pedro Cometti, ambos ligados à Cúria Metropolitana de Cuiabá. Durante muitos anos, o primeiro desses clérigos historiador regional, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, instituição que chegou a dirigir iniciou a organização de um arquivo no qual estavam reunidos documentos relativos à trajetória histórica civil e eclesiástica de Mato Grosso. Pelo volume dessa documentação e sua extensão cronológica, dividimo-la pela clássica demarcação: Colônia, Império e República. No interior da podemos destacar:

- Parte da correspondência dos capitães-generais, com especial destaque para Luís e João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres;
- Códices referentes a doações de sesmarias;
- Parte dos escritos do Pe. José Manuel de Siqueira, Professor régio de Filosofia e grande cientista, possivelmente o descobridor, no sertão oeste, da existência da quina peruviana, sobre a qual deixou inúmeros escritos.
- Interessante correspondência do engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra também merece destaque, seja pelas descrições do perigo de invasão espanhola, ou pelos trabalhos de engenharia a que se dedicou por longos anos junto ao Forte de Coimbra e no reconhecimento dos rios da região. Sobrelevar-se nesse conjunto documental os desenhos e plantas produzidas por Franco e seus discípulos;

- Documentos pertinentes às capelas, igrejas e também aqueles referentes à fase em que Cuiabá se transformara em Prelazia e, posteriormente, em Diocese. Dentre esses *dossiê* eclesiásticos podemos ainda referenciar aqueles relativos às Irmandades Religiosas instituídas para-religiosas, composta por civis que se reuniam em torno de um santo ou santa de sua devoção, cujo altar se localizava numa determinada Igreja. Assim, esses irmãos e irmãs, visando cuidar do culto daquele santo, auxiliava, nos trabalhos da Igreja, acumulavam bens para sustento das comemorações ao santo de sua proteção, realizavam a festa anual do mesmo e também sustentavam as atividades da Irmandade através da qual os enterros dos irmãos eram realizados. A documentação das Irmandades é raríssima e preciosa, visto constar de livros de registro dos termos de mesa, de assentamento dos bens e alfaias e também dos compromissos aprovados pelo Capitão-General e Conselho Ultramarino ou, na Monarquia, pelo Imperador. Vale ressaltar que muitos professores foram Provedores ou
- Existe no interior dessa Coleção, uma interessante série de Correspondências relativas ao Frei José Maria de Macerata, ao Pe. Ernesto Camilo Barreto, ao primeiro Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis e ao segundo, D. Carlos Luiz D'Amour. Tratam de ofícios, relatórios, cartas pastorais e livros de registro de instituições escolares ligadas à Igreja católica. Foi no bojo dessa documentação que encontramos uma das séries mais preciosas, qual seja aquela relativa ao Seminário Episcopal da Conceição, primeira instituição de ensino secundário criada no ano de 1858, na província de Mato Grosso, e que teve um importante papel no seu desenvolvimento educacional. Tratam-se de livros da secretaria do estabelecimento, nos quais é possível encontrar as matrículas dos alunos, o plano de curso da escola, seus mestres, cadeiras lecionadas, conteúdos, etc. Além desse, um outro livro sobreleva-se, qual seja aquele destinado ao registro das atas da Congregação do Seminário Episcopal da Conceição, no qual são registradas todas as principais decisões relativas ao ensino, às questões disciplinares de alunos e professores, assim como são discutidos e aprovados os conteúdos e os livros didáticos utilizados no estabelecimento. Outro livro raríssimo e importante para se conhecer os mestres dessa escola, é aquele que serviu para registrar a trajetória dos Lentos, desde sua formação escolar e atuação junto ao estabelecimento. Podemos considerar a série Seminário Episcopal da Conceição, uma das mais preciosas, visto que a historiografia regional pouco analisa a atuação desse importante e precursor estabelecimento de ensino, isto por causa do desconhecimento dos documentos.

Coleção 3 - Arquivo das Instituições Culturais de Mato Grosso -

Nessa série estão organizados documentos relativos às instituições culturais mais antigas de Mato Grosso, algumas, hoje, extintas, como o Grêmio Literário Júlia Lopes, Grêmio Literário Álvares de Azevedo, Associação Literária Cuiabana e outras, ainda vivas, como o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-Grossense de Letras. Integra essa coleção: Livros de registro de sócios, relação de obras e dos empréstimos efetivados junto à biblioteca, livros de atas das sessões, livros caixa, etc. A seriação mais completa diz respeito à documentação pertinente ao Centro Mato-Grossense de Letras e ao Instituto Histórico de Mato Grosso, instituições octogenárias e que, com sua produção intelectual, colaboram para a preservação da memória regional. Na documentação dessas duas instituições destacam-se os seus primeiros livros de ata das sessões ordinárias e extraordinárias, pronunciamentos e discursos, que registram e resgatam suas trajetórias e o papel desempenhado pelos seus membros no cenário intelectual de Mato Grosso. No interior do acervo do IHGMT merece destaque o Livro de atas da Comissão responsável pela organização das festividades comemorativas ao Bicentenário de fundação de Cuiabá 1919, cuja leitura enseja o conhecimento das principais atividades celebrativas realizadas durante o mês de abril do mencionado ano.

Coleção 4 - Acervo Ramiro Noronha composto por uma expressiva documentação gerada e produzida por essa personalidade em seus trabalhos junto ao Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais (SPI). Nesse acervo encontramos diversas tipologias documentais: cadernetas de campo, mapas, plantas e fotografias. A documentação se encontra em fase de catalogação, devendo em breve disponibilizar um Catálogo. Merece destaque nessa coleção, o conjunto de fotografias, acompanhadas de descrição, de diversos Postos Indígenas, incluindo as escolas neles instaladas;

Coleção 5 - Acervo da Família Rodrigues: composto de livros, periódicos, cadernos escolares, papéis avulsos, fotografias, mobiliário, objetos de adorno de casa e pessoal. Considerando que esse acervo abarca o legado de duas gerações de professores pai: Firmo José Rodrigues e filha: Dunga Rodrigues é revestido de extrema significação em sua parcela educacional. Firmo Rodrigues, como era mais conhecido, militar de carreira, foi Diretor do primeiro estabelecimento de ensino profissional de Mato Grosso, o Arsenal de Guerra, no qual existia a Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso, vinculados ao Ministério da Guerra. Quando esse estabelecimento, criado no período imperial, foi fechado, essa personalidade lecionou, por muitos anos,

junto ao Liceu Cuiabano. Sua filha, Dunga Rodrigues, foi professora de francês e português junto a esse último estabelecimento de ensino, assim como na Escola de Comércio de Cuiabá, além de ter lecionado, durante muitos anos, música, seja em sua residência ou junto a conservatórios e escolas de música de Cuiabá. Ambos deixaram uma farta produção literária, parte dela já publicada e outra expressiva parcela por ainda ser editada. Sobreleva-se nesse conjunto os inúmeros cadernos de apontamentos de aulas, planos de estudo, além de comentários críticos e registro de memória deixados por essas duas personalidades ligadas diretamente à Educação de Mato Grosso;

Coleção 6 - Periódicos Raros série constituída das principais Revistas e Jornais colecionados pela Casa Barão de Melgaço. Como exemplares únicos esses periódicos se revestem de dupla significação raros e preciosos. Na série jornais, encontramos exemplares cujos títulos datam do século passado, a exemplo de *O Ferrão, A Cruz, A Tribuna, O Debate, O Liberal, A Razão, O Mato Grosso, O Município, Correio do Estado, Republicano* e outros. No interior da série Revistas, podemos destacar *A Violeta, O Argos, O Liceunista, A Escola, Pindorama, A Civilização, A Letra, A Nota, ABC, Amazônia, A Reação, Brasil Oeste, Ecos Juvenis, O Caçula, O Garimpeiro, O Industrial, O Semeador, o Liceu, Pequeno Mensageiro, Pró-Família, Família Cuiabana*, apenas para relacionar aqueles produzidos regionalmente. Grande e extensa coleção de Revistas nacionais, também integram essa série.

- 3) **Instituto Memória do Poder Legislativo (IMPL)** A documentação parlamentar ficou, por muitos anos, inacessível aos pesquisadores, porém a partir de 1987 a Assembléia Legislativa criou o Instituto Memória do Poder Legislativo, organismo responsável pela guarda e conservação da documentação gerada e produzida pelo Poder Legislativo de Mato Grosso. Podemos destacar como de interesse para o projeto de fontes para a história da Educação, as séries Legislação, Ata das sessões e os Discursos parlamentares. O acervo do IMPL é composto de uma extensa documentação sob a forma de livros, papéis avulsos, fotografias, fitas magnéticas, vídeos e cd-rom.
- 4) **Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá** a documentação referente à Igreja Católica de Mato Grosso somente tornou-se acessível aos pesquisadores a partir do ano de 2000, quando um grupo de historiadoras e técnicas conseguiram intervir no arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, onde, por 2 anos consecutivos, procederam ao arranjo e catalogação de todo o material histórico ali depositado, fechando o trabalho com a microfilmagem e digitalização dos microfimes. O trabalho culminou com a edição de um Catálogo intitulado *Memória da Igreja em Mato Grosso*, organizado pelas Prof^{as} Dr^{as} Maria Adenir Peraro e Elizabeth Madureira Siqueira e da mestre em História, Sibeles de Moraes. Considerando que a Igreja católica teve, ao longo da trajetória histórica de Mato Grosso, uma significativa expressão, para

documentos, como também acessar às transcrições de grande parte dos documentos constantes do catálogo, diminuindo o tempo de levantamento empírico.

Ao lado do levantamento de fontes, o Grupo de Pesquisa em História da Educação de Mato Grosso mantém permanentemente estudos teóricos capazes embasar as escolhas de temas e problemas a serem trabalhados pelos pós-graduandos. Nessa medida, metodologicamente, o grupo não se encontra fechado numa única linha teórica, porém vem, ao longo de quase seis anos, investindo em leituras sinalizadas pelos objetos dos diferentes projetos, que vão desde a clássica abordagem materialista-histórica, passando pela linha da história cultural quando são estudados textos relativos à infância, à cultura, ao cotidiano e à memória, incluindo ainda a linha da abordagem Foucaultiana, além de manter estudos paralelos na área da História Geral e do Brasil, em seus mais variados aspectos. Essa pluralidade de abordagens permite uma maior mobilidade dos mestrandos no interior da linha de pesquisa, assim como fornece-lhes um campo mais amplo de opções e escolhas.

Vejamos especificamente a produção científica gerada pelo grupo de pesquisa em História da Educação da UFMT, dos anos de 1993 a 2002:

OBRAS PUBLICADAS

| AUTOR | TÍTULO | ANO |
|--|--|------|
| Laci Maria Araújo Alves | <i>Nas trilhas do ensino (Educação em Mato Grosso 1910-1946)</i> . Cuiabá, EdUFMT | 1998 |
| Elizabeth Madureira Siqueira (Tese de Doutorado – UFMT) | <i>Luzes e sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)</i> . Cuiabá/Brasília, INEP/EdUFMT | 2000 |
| Nicanor Palhares Sá e Elizabeth Madureira Siqueira | <i>Leis de Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso</i> . Campinas, Editores Associados/SBHR/INEP. | 2000 |
| Nicanor Palhares Sá e Elizabeth Madureira Siqueira | <i>Discursos Pronunciados por Ocasão da Inauguração do Liceu Cuiabano em 1880</i> Cuiabá, IHGMT – Publicações Avulsas, 29) | 2001 |
| Elizabeth Madureira Siqueira | <i>Verbete no Dicionário de Educadores no Brasil</i> , 2ª ed. "Pe. Ernesto Camilo Barreto" | 2002 |
| Maria Adenir Peraro, Elizabeth Madureira Siqueira e Síbele de Moraes | <i>Memória da Igreja em Mato Grosso: O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, catálogo de documentos históricos</i> . | |

TESES DE DOUTORADO

| Doutoranda | Título da Tese | Defesa |
|------------------------------|---|--------|
| Matilde Araki Crudo | <i>Aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso: Trabalho infantil e educação (1842 – 1899)</i> . | 1999 |
| Elizabeth Madureira Siqueira | <i>Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)</i> . | 1999 |

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO (ainda por publicar)

| Mestre | Título da Dissertação | Defesa |
|--------------------------------|--|--------|
| Darci Secchi | <i>O Financiamento da Educação: receitas, despesas e estrangulamento na gestão dos recursos da Educação.</i> | 1993 |
| Luis Augusto Passos | <i>Águaçu. cotejo entre dois processos educacionais - casa e escola. Estudo de um pólo escolar numa comunidade.</i> | 1993 |
| Ivane Aparecida Borges | <i>A prática pedagógica enquanto relação adulto criança</i> | 1994 |
| Renata Ramos Corrêa Teguchi | <i>Concepções de Línguas nas Legislações de Ensino</i> | 1994 |
| Elizabeth B. Lannes Bernardes | <i>Mulheres cuiabanas na primeira República</i> | 1996 |
| Laci Maria Araújo Alves | <i>Nas trilhas do ensino (Educação em Mato Grosso 1910-1946)</i> | 1997 |
| João Ernesto Paes de Barros | <i>A Evolução do Pensamento Jurídico no Conceito de Cidadania: uma análise da legislação de ensino de Mato Grosso.</i> | 1997 |
| Luciane Neuvauld | <i>O Aprendizado Agrícola Gustavo Dura: a maior dívida de Mato Grosso (1942 - 1964)</i> | 1997 |
| Maurlia Valdez Lucas do Amaral | <i>Constituição do Sujeito. Governamentalidade e Educação.</i> | 1998 |
| Adilson José Francisco | <i>Apóstolos do Progresso: a prática educativa Salesiana no processo de modernização em Mato Grosso (1894-1919).</i> | 1998 |
| André Paulo Castanha | <i>Pedagogia da Moralidade. O Estado e a Organização da Instrução Pública na Província de Mato Grosso (1834 - 1873)</i> | 1999 |
| Edmar Joaquim dos Santos | <i>A educação física higienista em Mato Grosso (fase de implantação) 1910-1920</i> | 1999 |
| Arlson Aparecido Martins | <i>O Seminário Episcopal da Conceição: da materialidade física à proposta pedagógica.</i> | 2000 |
| Elizabeth de Sá Poubel Silva | <i>A Escola Normal de Cuiabá (1910-1916): contribuição para a História da formação de professores em Mato Grosso</i> | 2000 |
| Márcia Maria Bretas | <i>A Gênese do Ensino Estatal em Mato Grosso - 1759-1808</i> | 2000 |
| Carlos Américo Bertolini | <i>Encenações patrióticas. a educação e o civismo a serviço do Estado Novo (1937-1945).</i> | 2000 |
| Maria Inês Zanelli | <i>A criação do Liceu Cuiabano na província de Mato Grosso: o curso de línguas e ciências preparatórias e a formação dos intelectuais.</i> | 2001 |
| Marize Bueno de Souza Soares | <i>O ensino laico: entre a cruz e a espada - polêmica sobre o ensino laico veiculado pelo periódico "A Cruz" (1910 - 1924).</i> | 2002 |
| Elizabeth Pippi Rosa | <i>Cartilha do Dever: a instrução pública primária em Mato Grosso nas primeiras décadas republicanas (1891-1910)</i> | 2002 |
| Ivone Goulart Lopes | <i>O Asilo Santa Rita de Cuiabá: releitura da práxis educativa feminina católica (1890 - 1930).</i> | 2002 |
| Euclides Poubel e Silva | <i>Origens do Conselho Estadual de Educação</i> | 2003 |
| Gisleine Crepaldi Silva | <i>Educação na revista feminina "A Violeta"</i> | 2003 |
| Rosinete Maria dos Reis | <i>Palácios da Instrução: institucionalização dos Grupos Escolares em ato Grosso (1910-1927)</i> | 2003 |

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO EM FASE DE DEFESA

| Mestre (audo) | Título da Dissertação | Previsão de defesa |
|-----------------------------------|---|--------------------|
| Regina Aparecida Versozzi Simião | <i>Processo de profissionalização docente em Mato Grosso (1930-1960)</i> | 2004 |
| Dimas Santana Souza Neves | <i>As almas e as armas: dispositivos disciplinares na primeira República em Mato Grosso - os Inspectores Escolares.</i> | 2004 |
| Abimael Antunes Marques | <i>O Aprendizado Agrícola "Gustavo Durra" em Mato Grosso (1943-1956)</i> | 2005 |
| Nádia Cuiabano Kunze | <i>A Escola de Aprendizagem Artífices em Mato Grosso (1910-1937)</i> | 2005 |
| Emilene Fortes de Oliveira Xavier | <i>Cultura e civismo no Grupo Escolar "Leônidas de Mattos" (São Antônio de Leverger/MT)</i> | 2005 |
| Martene Flores de Souza | <i>A instrução pública na província de Mato Grosso: educação e instrução, a construção de significação (1836-1860)</i> | 2005 |

Concluindo, a historiografia "clássica" da Educação mato-grossense representou, inquestionavelmente, um primeiro e singular esforço na recuperação da memória educacional de Mato Grosso, sendo capaz de fornecer não somente um alinhavo, em grandes linhas, do processo educativo, mas também fornecendo as base para que a produção historiográfica posterior, a partir de um posicionamento crítico, pudesse perceber suas fragilidades, abrindo novas perspectivas e procedendo aos avanços.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Gilberto Luiz. **Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864**. Campo Grande, UFMS, 1984.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Questões de Ensino**. Cuiabá, IHGMT, 2001. (Publicações Avulsas, 29)

LEITE, Gervásio. **Um Século de Instrução Pública: história do ensino primário em Mato Grosso**. Cuiabá, 1971.

MENDONÇA, Rubens de. **Evolução do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá, s.ed., 1977.

MARCÍLIO, Humberto. **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá, SECS-MT, 1963.

PERARO, Maria Adenir; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira e Moraes, Sibebe de. **Memória da Igreja em Mato Grosso: o arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, catálogo de documentos históricos**. Cuiabá, Entrelinhas, 2002.

SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Educação e memória: Catálogo de Documentos Relativos à História da Educação de Mato Grosso (Período Imperial)** (org.) Cuiabá, EdUFMT/CNPq, 1998

MADUREIRA. **Educação e memória: Catálogo de Documentos Relativos à História da Educação de Mato Grosso (Período Imperial)** (org.) Cuiabá, EdUFMT/CNPq, 1998

SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (org). **Leis de Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. Campinas, Editores Associados/SBHE/INEP, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso 1870-1889**. Brasília/Cuiabá INEP-EdUFMT, 2000.

*Recebido em outubro de 2003
Aprovado em abril de 2004*